

ECT - EMP. BRAS. DE CORREIOS E TELEGRAFOS
Ag: 10300473 - AC CENTRAL DE BRASILIA

BRASILIA -- DF
CNPJ....: 34028316513674 Tel.:--
Ins Est.: 0733382100205

COMPROVANTE DO CLIENTE

Movimento...: 26/07/2017 Hora.....: 13:52:50
Caixa.....: 82179739 Matricula..: 81365187
Lancamento.: 014 Atendimento: 00012
Modalidade.: A Vista ID Tiquete.: 1334747281

DESCRICAO	QTD.	PRECO(R\$)
EMS DOCUMENTO	1	123,70+
Valor do Porte(R\$)...	117,00	
Pais Destino: SUICA		
Peso real (KG).....	0,287	
Peso Tarifado.....	,0,287	
OBJETO.....	EB075346836BR	

AVISO DE RECEBIMENTO: 6,70

Destinatario...: ORGANIZACAO NACIONAL DO TR
Cont. Nome....: ABALHO - Dep. Normas
Nome Remetente.: SINDICATO NACIONAL DOS AUD
Cont. Nome....: ITORES FISCAIS DO TRABAL
Endereco Remet.: SEM LOGRADOURO DEFINIDO SC
Cont Endereco.: N Quadra 1 Bloco C BL C 4T
Cep Remetente.: 70711-902
Cidade Remet...: Brasilia
UF Remet.....: DF
Prazo de entrega estimado: 7 a 10 dias úteis.
Não houve opção pelo serviço Mão Propria.
O objeto poderá ser entregue no endereço
indicado, a quem se apresentar para
recebê-lo.

Valor Declarado não solicitado(R\$)
No caso de objeto com valor,
utilize o serviço adicional de valor declarado.

TOTAL (R\$)=> 123,70
VALOR RECEBIDO (R\$)=> 150,00

TROCO (R\$)=> 26,30

SERV. POSTAIS: DIREITOS E DEVERES-LEI 6538/78

Os prazos de entrega poderão sofrer atrasos.

VIA-CLIENTE SARA 7.7.08



**Sindicato Nacional dos
Auditores Fiscais do Trabalho**

SCN Quadra 01, Bloco C nº 85 Ed. Brasília Trade Center Salas: 401/408 - CEP 70.711-902 - Brasília-DF - Tel.: (61) 3328-0875
www.sinait.org.br

Carta SINAiT nº 209/2017

Brasília-DF, 26 de julho de 2017.

Organização Internacional do Trabalho (OIT)

Departamento de Normas

Sra. Corinne Vargha, Diretora de NORMAS

Route des Morillons 4

CH-1211, Genebra, Suíça

Objeto: denúncia de não cumprimento, pelo Brasil, do artigo 11 da Convenção nº 81 da OIT, promulgada pelo Decreto nº 41.721, de 25 de Junho de 1957, revigorado pelo Decreto nº 95.461 de 11 de dezembro de 1987; do art. 2 da Convenção nº 105 da OIT, promulgada pelo Decreto nº 58.822, de 14 de julho de 1966 ; e do artigo 6º, 1, da Convenção nº 182 da OIT, promulgada pelo Decreto 3.597, de 12 de setembro de 2000, como decorrência das condições precárias de funcionamento do Ministério do Trabalho do Brasil.

Senhor Diretor Geral

O SINAiT - Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho, organismo nacional que representa os Auditores Fiscais do Trabalho no Brasil, foi fundado em 07 de outubro de 1988 e está situado em Brasília/DF, capital do Brasil, no Setor Comercial Norte, Edifício 1, Bloco C, número 85, Edifício Brasília Trade Center Building, salas 401 a 408, CEP: 70711-902.

O SINAiT tem um Conselho de Administração organizado conforme seu Estatuto e documentos que seguem em anexo.



Sindicato Nacional dos
Auditores Fiscais do Trabalho

SCN Quadra 01, Bloco C nº 85 Ed. Brasilia Trade Center Salas: 401/408 - CEP 70.711-902 - Brasília-DF - Tel.: (61) 3328-0875
www.sinait.org.br

O SINAIT vem respeitosamente à Organização Internacional do Trabalho relatar fatos que afetam diretamente à manutenção dos direitos sociais erigidos pela Constituição Federal de 1988, quais sejam, o não respeito, pelo Brasil, à Convenção nº 81 da OIT, e em particular do artigo 11 que prevê as condições de trabalho para a Inspeção do Trabalho, bem como das condições inadequadas de atendimento ao trabalhador:

Artigo 11

1. A autoridade competente deverá adotar as medidas necessárias para proporcionar aos inspetores do trabalho:

- a) escritórios locais devidamente equipados, levando em consideração as necessidades do serviço e acessíveis a todas as pessoas interessadas;*
- b) os meios de transporte necessários para o desempenho de suas funções, no caso de que não existam meios públicos apropriados.*

2. A autoridade competente deverá adotar as medidas necessárias para reembolsar aos inspetores do trabalho toda despesa imprevista e qualquer despesa de transporte que venha a ser necessária para o desempenho de suas funções.

Com efeito, a Inspeção do Trabalho brasileira, denominada internamente de Auditoria-Fiscal do Trabalho, tem presentemente ameaçados os meios para seu regular funcionamento no Brasil, em razão do profundo corte orçamentário a que foi submetida, como decorrência do contingenciamento de recursos destinados ao Ministério do Trabalho promovido pelo governo Brasileiro.

O Decreto presidencial nº 9.018, de 30 de março de 2017, alterando o Decreto presidencial nº 8.961, de 16 de janeiro de 2017, o qual dispõe sobre a programação orçamentária e financeira, estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2017 e dá outras providências, determinou a redução dos valores autorizados para movimentação e empenho no âmbito do Ministério do Trabalho, até dezembro de 2017, de 902 (novecentos e dois) milhões de reais pra pouco mais de 444 (quatrocentos e quarenta e quatro) milhões de reais, corte que ultrapassou 50% (cinquenta por cento) do originalmente previsto.

Em 11 de julho de 2017, o problema foi explicitado pela Secretaria Executiva do Ministério do Trabalho no Memorando nº 13, enviado aos Superintendentes Regionais do Trabalho. No documento, o secretário Antônio Correa informa sobre a “Indisponibilidade de dotação orçamentária



Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho

SCN Quadra 01, Bloco C nº 85 Ed. Brasília Trade Center Salas: 401/408 - CEP 70.711-902 - Brasília-DF - Tel.: (61) 3328-0875
www.sinait.org.br

para realização de despesas de investimentos, reformas e construções no corrente exercício”. A Secretaria de Inspeção do Trabalho, responsável pela fiscalização do Trabalho em todo o país, afirmou, por sua vez, que os recursos sequer serão suficientes para honrar os compromissos até o final do mês de julho.

As Delegacias Sindiciais do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho – SINAiT, vem reportando à Diretoria Executiva Nacional as dificuldades vivenciadas cotidianamente nas Superintendências, o que já acarreta a suspensão de várias ações fiscais e poderá levar à paralisação total dos serviços dentro de poucos dias.

Por decorrência desse quadro de limitação orçamentária a atuação da Inspeção do Trabalho no Brasil está sob ameaça real de suspensão – inclusive, mas não apenas, o combate à informalidade, a prevenção de acidentes de trabalho, a fiscalização para a eliminação do trabalho infantil e do trabalho análogo à escravidão (trabalho forçado) e aquelas dirigidas às relações de trabalho no meio rural.

Especificamente no que toca a estas duas últimas competências da Auditoria-Fiscal do Trabalho, a impossibilidade de fornecimento aos inspetores brasileiros de “*escritórios locais devidamente equipados*” e dos “*meios de transporte necessários para o desempenho de suas funções, no caso de que não existam meios públicos apropriados*” (art. 11 da Convenção 81 da OIT) inviabiliza em grande medida o cumprimento das determinações das Convenções 105 (Abolição do Trabalho Forçado) e 182 (Proibição das Piores Formas de Trabalho Infantil e Ação Imediata para sua Eliminação) desta Organização Internacional do Trabalho.

De fato, reza a Convenção nº 105 da OIT:

Art. 2

Qualquer Membro da Organização Internacional do Trabalho que ratifique a presente convenção se compromete a adotar medidas eficazes, no sentido da abolição imediata e completa do trabalho forçado ou obrigatório, tal como descrito no art. 1 da presente convenção.

Por sua vez, determina a Convenção nº 182 da OIT:



Art. 6º

1 – Todo Estado-membro elaborará e implementará programas de ação para eliminar, como prioridade, as piores formas de trabalho infantil.

No Brasil, é atribuição acometida à Auditoria-Fiscal do Trabalho assegurar em todo o território nacional o cumprimento de disposições legais e regulamentares, inclusive as relacionadas à segurança e à medicina do trabalho, no âmbito das relações de trabalho e de emprego; o cumprimento de acordos, convenções e contratos coletivos de trabalho celebrados entre empregados e empregadores, bem como *o respeito aos acordos, tratados e convenções internacionais dos quais o Brasil seja signatário* (art. 10, I, IV e V da Lei federal nº 10.593, de 6 de dezembro de 2002).

Assim, no âmbito das relações de trabalho e emprego, qualquer óbice ao regular funcionamento da atividade de inspeção do trabalho no Brasil, acarreta imediato risco de descumprimento dos compromissos assumidos junto à comunidade internacional e manifestados nos dispositivos acima transcritos.

Ocorre que o quadro presente não é de mera possibilidade de violação das disposições convencionadas, mas de efetivo descumprimento dessas normas internacionais – de uma parte porque as regulações administrativas internas exigem programação prévia de despesas com as ações de fiscalização para erradicação do trabalho infantil e do trabalho escravo (forçado), medida impossível de ser tomada no cenário de forte contingenciamento já delineado; de outra porque grande parte das inspeções para detecção de trabalho infantil e trabalho escravo (forçado) tem por objeto empreendimentos situados na zona rural (interiorana) do país, sendo indispensável que o Estado brasileiro providencie aos Auditores-Fiscais do Trabalho os meios de transporte necessários (automóveis abastecidos) para o desempenho de suas funções, pois considerando a dimensão continental do Brasil não há meios públicos de transporte apropriados para tanto.

Ou seja, o descumprimento do art. 11 da Convenção OIT nº 81, no caso brasileiro, inexoravelmente resulta na inexistência de “*medidas eficazes, no sentido da abolição immediata e completa do trabalho forçado ou obrigatório*” (art. 2 da Convenção OIT nº 105) e na impossibilidade de



**Sindicato Nacional dos
Auditores Fiscais do Trabalho**

SCN Quadra 01, Bloco C nº 85 Ed. Brasilia Trade Center Salas: 401/408 - CEP 70.711-902 - Brasília-DF - Tel.: (61) 3328-0875
www.sinait.org.br

implementação de “*programas de ação para eliminar, como prioridade, as piores formas de trabalho infantil*” (art. 6º, 1, da Convenção OIT nº 182).

O SINAIT, por essa razão, apresenta denúncia dessas condições, salientando que a Constituição Federal brasileira de 1988 estabelece em seu art. 21, XXIV, ser competência da União federal “organizar, manter e executar a Inspeção do Trabalho”.

O SINAIT se coloca à disposição de Vossa Senhoria para prestar quaisquer esclarecimentos e informações suplementares, e aproveita a oportunidade para felicitar a Organização Internacional do Trabalho pela dedicação na busca de melhores condições de trabalho para o trabalhador brasileiro, antecipando que encaminhará, em breve, uma tradução integral do teor desta denúncia para a língua francesa.

Atenciosamente,

Carlos Fernando da Silva Filho
Carlos Fernando da Silva Filho
Presidente do SINAIT

Rosa Maria Campos Jorge
Rosa Maria Campos Jorge
Vice-presidente do SINAIT

CAA/SE/MTB
46012.000630/2017-01
12/07/2017

Memorando Circular nº 3/2017/SE-MTb

Brasília, 11 de julho de 2017

Aos Senhores Dirigentes das Superintendências Regionais do Trabalho – SRTs.

Assunto: Indisponibilidade de dotação orçamentária para despesas de investimentos, reformas e construções em 2017.

1. Considerando o expressivo número de pedidos recebidos das Superintendências Regionais do Trabalho – SRTs, solicitando suplementações orçamentárias para despesas de investimentos, reformas e construções, e diante do forte contingenciamento imposto ao Ministério do Trabalho em decorrência da publicação do Decreto nº 8.961, de 16 de janeiro de 2017 e suas alterações posteriores, informamos:

- a) Indisponibilidade de dotação orçamentária para realização de despesas de investimentos, reformas e construções no corrente exercício;
- b) O Ministério do Trabalho enviou ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Ofício nº 127/SE/MTb, de 09 de junho de 2017, no qual solicita ampliação de limite de empenho para atender, entre outras demandas, complemento de despesas contratuais das Unidades Descentralizadas. Entretanto, o órgão central de orçamento ainda não se manifestou sobre o atendimento do pleito; e
- c) Diante do cenário de forte contingenciamento, recomendamos às unidades que realizem uma criteriosa revisão de seus contratos com objetivo de redução desses gastos ainda em 2017 e também para 2018.

2. Aproveito para informar que, em que pese a nova estrutura do MTb aprovada pelo Decreto nº 8.894, de 03 de novembro de 2016, esta Secretaria Executiva continua responsável pela gestão das Superintendências Regionais do Trabalho.

3. Pelo exposto, recomendo a Vossa Senhoria ampla divulgação deste expediente no âmbito dessa unidade e ressalto a importância de um planejamento de gastos para o exercício de 2017 e 2018, compatível com os limites estabelecidos para o exercício corrente

Atenciosamente,


ANTONIO CORREA
Secretário Executivo

Menu

Economia e Emprego

Governo anuncia corte de R\$ 42,1 bilhões em despesas

Orçamento 2017

A medida evita a criação de novos impostos e contribui para manter as contas equilibradas

por Portal Brasil publicado: 29/03/2017 21h18 última modificação: 04/04/2017 12h00

Itens relacionados

[Arrecadação cresce e tem melhor fevereiro desde 2015](http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2017/03/arrecadacao-cresce-e-tem-melhor-fevereiro-desde-2015) (<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2017/03/arrecadacao-cresce-e-tem-melhor-fevereiro-desde-2015>)

[Meirelles: "precisamos avaliar a capacidade da sociedade de pagar a Previdência"](http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2017/03/meirelles-precisamos-avaliar-a-capacidade-da-sociedade-de-pagar-a-previdencia) (<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2017/03/meirelles-precisamos-avaliar-a-capacidade-da-sociedade-de-pagar-a-previdencia>)

[Entenda a importância de ter contas públicas no azul](http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2017/02/entenda-a-importancia-de-ter-contas-publicas-no-azul) (<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2017/02/entenda-a-importancia-de-ter-contas-publicas-no-azul>)

Para cumprir a meta fiscal do ano e manter as contas públicas equilibradas, o governo vai cortar R\$ 42,1 bilhões em despesas programadas para 2017. A decisão faz parte do esforço extra do governo para evitar alta ou criação de novos impostos no País.

Segundo o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, a expectativa é de que esse não seja o número definitivo do ano. Receitas adicionais, com decisões que estão pendentes na Justiça, podem incrementar o Orçamento e diminuir a necessidade de ajuste.

Não fosse a reorganização de alguns tributos e vitórias já obtidas na Justiça, o ajuste teria de ser maior.

Meirelles explicou que a medida que reorganiza tributos evitou a criação de novos impostos. Essa ação vai acabar com a desoneração da folha de pagamento para alguns setores, já que esse benefício não se reverteu em aumento da produtividade e em mais contratações.

Até então, as empresas não precisavam recolher contribuição previdenciária patronal de 20% sobre a folha de pagamento e, no lugar dessa cobrança, podiam pagar entre 1% e 2% do faturamento. Na prática, isso significava menos impostos para os beneficiados.

Gustavo Raniere/MF



(http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2017/03/governo-anuncia-corte-de-r-42-1-bilhoes-em-despesas/@@nitf_custom_galleria)



(http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2017/03/governo-anuncia-corte-de-r-42-1-bilhoes-em-despesas/@@nitf_galleria)

Desoneração da folha

A decisão do governo, anunciada nesta quarta-feira (29), não acaba totalmente com esse benefício. Continuam atendidos pela desoneração os setores de transporte rodoviário coletivo de passageiros; transporte metroviário e ferroviário de passageiros; construção civil e obras de infraestrutura; e comunicação.

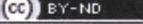
Apenas com essa mudança, haverá um aumento da arrecadação de R\$ 4,8 bilhões. "Decidiu-se não fazer aumento de impostos e tributos porque isso seria prejudicial para a retomada do crescimento econômico", explicou Henrique Meirelles.

Onde serão feitos os cortes

O ministro do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Dyogo Oliveira, informou que, para chegar aos R\$ 42,1 bilhões de corte, serão reduzidas despesas em emendas obrigatórias (R\$ 5,4 bilhões), emendas não obrigatórias (R\$ 5,5 bilhões).

Também haverá corte no Programa de Aceleração do Crescimento (R\$ 10,5 bilhões) e nos demais órgãos públicos (R\$ 20,1 bilhões). Os poderes Legislativo e Judiciário sofreram ajustes proporcionais de R\$ 580 milhões.

Fonte: Portal Brasil, com informações do [Ministério da Fazenda](http://www.fazenda.gov.br/) (<http://www.fazenda.gov.br/>), do [Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão](http://www.planejamento.gov.br/) (<http://www.planejamento.gov.br/>) e [PAC](http://www.pac.gov.br/) (<http://www.pac.gov.br/>).

Todo o conteúdo deste site está publicado sob a licença Creative Commons CC BY ND 3.0 Brasil 

[Reportar erro](http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2017/03/governo-anuncia-corte-de-r-42-1-bilhoes-em-despesas/relatar-erros) (<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2017/03/governo-anuncia-corte-de-r-42-1-bilhoes-em-despesas/relatar-erros>) registrado em:

[contingenciamento](http://www.brasil.gov.br/@@search?Subject%3Alist=contingenciamento) (<http://www.brasil.gov.br/@@search?Subject%3Alist=contingenciamento>), [orçamento 2017](http://www.brasil.gov.br/@@search?Subject%3Alist=or%C3%A7amento%202017) (<http://www.brasil.gov.br/@@search?Subject%3Alist=or%C3%A7amento%202017>), [corte de gastos](http://www.brasil.gov.br/@@search?Subject%3Alist=corte%20de%20gastos) (<http://www.brasil.gov.br/@@search?Subject%3Alist=corte%20de%20gastos>), [Henrique Meirelles](http://www.brasil.gov.br/@@search?Subject%3Alist=Henrique%20Meirelles) (<http://www.brasil.gov.br/@@search?Subject%3Alist=Henrique%20Meirelles>)

Assunto(s): [Economia](http://www.brasil.gov.br/@@search?skos%3Alist=http%3A%2F%2Fvocab.e.gov.br%2F2011%2F03%2Fvcge%23economia) (<http://www.brasil.gov.br/@@search?skos%3Alist=http%3A%2F%2Fvocab.e.gov.br%2F2011%2F03%2Fvcge%23economia>), [Finanças públicas](http://www.brasil.gov.br/@@search?skos%3Alist=http%3A%2F%2Fvocab.e.gov.br%2F2011%2F03%2Fvcge%23financas-publicas) (<http://www.brasil.gov.br/@@search?skos%3Alist=http%3A%2F%2Fvocab.e.gov.br%2F2011%2F03%2Fvcge%23financas-publicas>)

Expectativa do governo é de que mais recursos entrem no caixa nos próximos meses, o que reduz a necessidade de ajuste

Economia

Queda de receita leva governo a bloquear mais R\$ 5,9 bilhões

Compartilhar:

URL: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/e>

21/07/2017 13h26

Brasília

Pedro Peduzzi – Repórter da Agência Brasil

Publicidade



O secretário da Receita Federal, Jorge Rachid, o ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, e o secretário de Orçamento Federal, George Soares, divulgam o relatório [José Cruz/Agência Brasil](#)

O governo precisará fazer o contingenciamento extra de R\$ 5,9 bilhões no Orçamento previsto para 2017, para ter condições de se adequar às novas estimativas das receitas previstas para 2017 que, segundo o relatório de receitas e despesas divulgado hoje (21) pelo Ministério do Planejamento, vão apresentar recuo de R\$ 5,8 bilhões.

A expectativa total de arrecadação caiu de R\$ 1,386 trilhão para R\$ 1.380 trilhão. De acordo com o ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, a queda nas receitas primárias se deve a fatores como "recuperação mais lenta da economia e frustração de algumas receitas".



Para o ministro Dyogo Oliveira, a queda nas receitas primárias se deve à recuperação mais lenta da economia [José Cruz/Agência Brasil](#)

uma queda de R\$ 9,8 bilhões, na comparação com o previsto. Outra receita que frustrou as expectativas foi a reoneração da folha de pagamento das empresas, que deverão ser reduzidas em R\$3,9 bilhões.

No total, a arrecadação deverá apresentar perdas que totalizam R\$ 34,5 bilhões. Parte do saldo negativo foi compensado com a aprovação da lei que trata dos precatórios federais – que resultarão em um acréscimo de R\$ 10,197 bilhões à receita – e o aumento das alíquotas de PIS/Confins incidente sobre combustíveis, que aumentará em R\$ 10,4 bilhões a receita; e o novo Refis, que representará R\$ 5,8 bilhões.

Entre as receitas que frustraram as expectativas do governo está a relativa a ativos no exterior, que deverá apresentar

Últimas notícias

26/07 - 11h18 | Geral

Latrocínios crescem mais de 25% no estado de São Paulo e 45,1% na capital

26/07 - 10h31 | Economia

Pesquisa do Dieese diz que São Paulo tem 2 milhões de desempregados

26/07 - 10h25 | Geral

Polícia Civil da Bahia investiga morte de cinco pessoas no sul do estado

26/07 - 10h17 | Economia

Petrobras divulgará dia 10 resultado financeiro do segundo trimestre

26/07 - 09h28 | Internacional

Incêndio obriga saída de cerca de 10 mil pessoas do Sudeste da França

26/07 - 09h17 | Internacional

Iêmen sofre maior crise humanitária do mundo, diz ONU

[Ver mais](#)

Pauta do dia